

Expresso 2

Qual é o valor acrescentado de cada escola?

Em vez de continuarmos a publicar estes liofilizados “rankings” de escolas secundárias, em cada início de ano lectivo, com base em resultados de exames nacionais de 12º ano, creio que podemos e devemos evoluir, o mais rapidamente possível, para uma cuidada e multifacetada avaliação das escolas.

As escolas, como todas as organizações que prestam serviços públicos, sejam estatais ou privadas e cooperativas, devem possuir objectivos e standards de desempenho, acompanhados de critérios e mecanismos de auto e hetero-avaliação. Ainda estamos muito longe destas práticas. Por isso, todos os pequenos passos que vão sendo dados devem ser bem aproveitados. O facto de se ter iniciado uma publicação de listas ordenadas de escolas, com base exclusivamente em resultados em exames nacionais, por questões sobretudo de exigência de transparência nos actos da administração pública (que de facto escondia estes dados), deveria ter imediatamente compelido o Ministério da Educação (ME) a enquadrá-los e a completá-los com outros, tendo em vista prevenir o desencadear de previsíveis perversidades, por quase todos indesejadas.

De facto, induzir este tipo de listas ordenadas, como faz o ME, ao “entregar” os dados aos “media”, em bruto, não é um acto neutro, corresponde a uma acção política carregada de consequências, umas positivas e outras negativas.

Como tenho dito ao longo destes anos, este tipo de “avaliação” do desempenho das escolas secundárias é assustadoramente frágil: ignora o contexto sócio-económico-cultural dos alunos de cada escola, que é imensamente diverso; ignora o tipo de cursos que a escola oferece; ignora as várias marcas de selectividade praticadas por cada escola, desde a entrada dos alunos até aos exames nacionais de 12º ano (e há escolas estatais que estão a tornar-se peritas em selectividade social!); ignora a qualificação e a rotação anual dos docentes de cada escola; ignora a existência de escolas que acrescentam valor aos seus alunos e que, mesmo assim, não se destacam nas listas ordenadas; ignora que o ME dispõe de outros dados que ajudam a compreender melhor o desempenho de cada escola.

De tanto ignorar, esta medida tem conduzido ao acentuar de práticas de “limpeza étnica e cultural”, promovidas por escolas estatais, tanto à entrada,

pela recusa das matrículas de certo tipo de alunos “fracos”, quer durante os três anos do ensino secundário, reprovando e levando ao abandono caudais enormes de alunos, sobretudo no 10º ano. Este facto é tão grave que constitui, hoje, em meu entender, o problema mais premente do sistema educativo português e um dos desafios sociais que mais urge enfrentar. A nível nacional, haverá perto de 30% dos jovens que iniciam o nível secundário que o abandonam no 10º ou no 11º anos. O habitual posicionamento de Portugal na “cauda da União Europeia” está assim a ser reproduzido, à entrada do Séc. XXI, comprometendo o futuro de tantos jovens e da própria sociedade portuguesa. Quando as escolas passam a dirigir os seus recursos e os objectivos da sua acção prioritariamente para “ficar bem na fotografia dos rankings”, a missão das escolas secundárias reduz-se drasticamente e os rumos educacionais precisam de ser revistos.

O silêncio do ME e a sua atitude de fornecer os dados aos “media” e daí “lavar as mãos”, é outro dado talvez tão preocupante, pois se o ME agisse de outro modo, muitos dos efeitos perversos podiam ter sido e podem ainda vir a ser evitados. A enorme e em geral qualificada máquina dos serviços centrais e regionais do ME possui um conhecimento das escolas secundárias que é completamente desprezado no momento em que se procede à entrega de um CD com os dados dos exames. Todos sabemos para que vão servir estes dados. Não são nem devem ser os “media” a conhecer bem as escolas, cada escola, ou a sobre elas construir conhecimento, ano após ano. Ora, tal como outros ME de outros países têm feito, o ME de Portugal tem a obrigação política e ética de intervir exercendo a sua função reguladora, fornecendo uma correcta e transparente informação, introduzindo elementos que completem a visão particular de cada escola, induzindo melhorias contínuas do desempenho de cada escola. Este silêncio do ME, pode dizer-se, é ensurdecedor, tão mau é o serviço público que presta ao país.

Na verdade, o ME nem sequer se digna, uma vez publicadas as listas ordenadas, divulgar as melhores práticas e apoiar as “piores escolas” a melhorar os seus desempenhos. Não é esta a função que se espera de um Estado moderno. Estamos em presença, mais uma vez, de práticas burocráticas e retrógradas, incompreensivelmente desenvolvidas por uma administração pública com muitos recursos.

Aos resultados dos exames nacionais e a quaisquer outros resultados escolares é preciso adicionar outros dados, cruzando-os e ponderando-os, tendo em vista perceber quais são as escolas que efectivamente acrescentam valor aos alunos que recebem no início de cada ciclo de estudos, porque o fazem e como o fazem. A esta análise, que valoriza o

chamado “efeito escola”, chama-se também o “valor acrescentado da escola”(VA). Seria interessante, isso sim, trabalhar para produzir listas ordenadas de escolas secundárias segundo o seu VA, pois assim a análise seria muito mais correcta, mais justa para com os actores de cada escola, mais capaz de incitar outros a percorrer caminhos de melhoria semelhantes.

Depois de uma prática desenvolvida pela Inspeção-Geral de Educação, interrompida em 2001, a análise do VA encontra-se hoje em aplicação no AVES, programa de avaliação de escolas com ensino secundário, desenvolvido pela Fundação Manuel Leão, englobando 33 escolas (www.fmleao.pt). Recentemente foram divulgados por esta instituição, com sede em Vila Nova de Gaia, resultados de cinco anos de pesquisa sobre o VA. Da sua leitura se depreende, entre outros aspectos, que: (a) há escolas que recebem alunos de meios sociais elevados e que pouco valor acrescentam aos seus alunos, que apenas por lá passam durante três anos; (b) há escolas que recebem adolescentes de meios desfavorecidos e multiétnicos e que também pouco VA incorporam nos seus alunos; (c) há outras escolas que recebem adolescentes destes mesmos meios difíceis e que realizam trabalhos notáveis com eles, conseguindo alcançar um elevado VA (o que não quer dizer que depois apareçam em quaisquer lugares proeminentes nos “rankings”). Múltiplos factores influenciam estes bons resultados e a parte mais interessante do Programa AVES consiste exactamente no esforço realizado em cada escola e em grupos de escolas próximas para procurar compreender os resultados alcançados, tendo em vista melhorar o seu desempenho social. O trabalho é árduo, não aparece nas primeiras páginas dos “media” e os resultados positivos alcançam-se após muita persistência, por parte de muitos profissionais, num contexto social actualmente bastante adverso para as escolas.

Como acentua muita literatura sobre esta matéria, é à volta do “efeito escola” que importa trabalhar. Se, em vez de gastarmos tanto tempo e tanto dinheiro a construir e a publicitar as listas ordenadas de escolas secundárias, segundo os resultados dos exames finais dos seus alunos, procurássemos perceber que há claras diferenças entre o “efeito afónico” (há escolas dos lugares cimeiros dos “rankings” que não obteriam resultados muito diferentes se os seus professores estivessem afónicos a maior parte do ano) e o “efeito tónico” (há escolas que ajudam efectivamente grande parte dos alunos a elevar os seus níveis de desenvolvimento cultural e científico), muitas coisas poderiam mudar para melhor. É em redor desta diferença que reside a principal questão da conquista de mais qualidade para a educação escolar em Portugal.

Joaquim Azevedo

Professor da Universidade Católica Portuguesa, Membro do Conselho Nacional de Educação.